



Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana
Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o Moderno e o Contemporâneo
ISSN 1809 - 709 X

O sintoma da criança: a criança como sintoma dos pais

Maria Gabriela Severiano Ribeiro

Orcid: [0000-0002-6353-9586](https://orcid.org/0000-0002-6353-9586)

Graduada em Psicologia pelo Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação (Rio de Janeiro, Brasil)
Pós-Graduada em Psicologia Hospitalar e da Saúde pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro / PUC-RJ
(Rio de Janeiro, (Brasil))

Mestre em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro / UFRJ (Rio de Janeiro, Brasil)
Membro do Instituto Sephora de Ensino e Pesquisa de Orientação Lacaniana / ISEPOL (Rio de Janeiro, Brasil)

Email: mariagabriela.severiano@gmail.com

Tania Coelho dos Santos

Orcid: [0000-0002-5360-7864](https://orcid.org/0000-0002-5360-7864)

Pós-Doutorado no Departamento de Psicanálise de Paris 8 (Paris, França)
Professora Visitante do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del Rei /
UFSJ (Minas Gerais, Brasil)
Professora Associada IV Aposentada do Instituto de Psicologia Universidade Federal do Rio de Janeiro / UFRJ (Rio
de Janeiro, Brasil)

Pesquisadora Nível 1C do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq/Brasil)
Presidente do Instituto Sephora de Ensino de Pesquisa de Orientação Lacaniana / ISEPOL (Rio de Janeiro, Brasil)
Membro da Diretoria da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental / AUPPF (São Paulo,
Brasil)

Membro da École de Cause Freudienne / ECF (Paris, França)
Membro da Escola Brasileira de Psicanálise / EBP (São Paulo, Brasil)
Membro da Associação Mundial de Psicanálise / AMP (Paris, França)

Email: coelhosantostania@gmail.com

Resumo: A questão que introduz este artigo diz respeito à constituição do sintoma da criança e como este é atravessado pelo discurso dos pais. Na bagagem adquirida na clínica foi possível observar como as manifestações do inconsciente aparecem nos detalhes no discurso do indivíduo. Tem-se como intuito marcar a importância das funções paterna e materna na constituição da criança e, quando essas não operam, a desordem que podem causar no psiquismo infantil. Busca-se sensibilizar a noção de que a desorganização psíquica dos pais tem repercussão no processo de subjetivação dos filhos. Nota-se a impossibilidade de separar a criança dos pais no processo analítico, uma vez que ela ainda não se diferenciou enquanto sujeito. Convém não desconsiderar a resposta da criança. Há algo que é dela, que diz respeito à sua singularidade e que não podemos deixar de lado. A função parental tem como responsabilidade a imposição de limites, a orientação para a lógica da hierarquia, e não do igualitarismo, em que pai e filho têm os mesmos direitos e deveres. Entretanto, lidamos hoje com uma sociedade que desacredita da potência desse aparelho regulador e, por consequência, podemos observar um excesso de gozo. O que se colhe disso são crianças que têm que lidar com a falta da falta que a castração impõe a todos.

Palavras-chave: Psicanálise; Função paterna; Inconsciente; Sintoma; Pós-modernidade.

Le symptôme de l'enfant : l'enfant comme symptôme des parents: La question qui introduit cet article concerne la constitution du symptôme de l'enfant et comme elle est traversée par le discours des parents. Avec l'expérience acquise en clinique, cela a été possible d'observer comment les manifestations de l'inconscient apparaissent dans les détails du discours de l'individu. Il a l'intention de souligner l'importance des fonctions paternelle et maternelle dans la constitution de l'enfant et quand celles-ci n'opèrent pas, elles peuvent causer le désordre dans le psychisme infantile. Nous cherchons à sensibiliser la notion que la désorganisation psychique des parents a une répercussion dans le procès de subjectivation des fils. On peut noter l'impossibilité de séparer l'enfant des parents dans le procès analytique, une fois qu'il ne s'est pas différencié en tant que sujet. Il convient de déconsidérer que la réponse de l'enfant. Il y a quelque chose qui est à lui, qui concerne sa singularité et que nous pouvons laisser de côté. Cependant, nous faisons face aujourd'hui à une société qui ne croit pas à la puissance de cet appareil régulateur et, par conséquent, nous pouvons observer un excès de jouissance. Ce que nous en recueillons ce sont des enfants qui doivent gérer avec le manque du manque que la castration impose à tous.

Mots-clés: Psychanalyse; Fonction paternelle; Inconscient; Symptôme; Postmodernité.



Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana
Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o Moderno e o Contemporâneo
ISSN 1809 - 709 X

The symptom of the child: the child as a symptom of the parents: The question that introduces this article concerns the constitution of the child's symptom and how it is traversed by the discourse of the parents. In the baggage acquired through clinical practice, it was possible to observe how manifestations of the unconscious appear in the details of the individual's speech. The aim is to emphasize the importance of both paternal and maternal functions in the constitution of the child, and when these functions do not operate, the disorder they can cause in the child's psyche. The intention is to raise awareness of the notion that the psychic disorganization of the parents has repercussions on the process of subjectivation of the children. It is noted the impossibility to separate the child from the parents in the analytic process, as the child has not yet differentiated itself as a subject. It is worth not disregarding the child's response. There is something that belongs to the child, related to their uniqueness, that we cannot overlook. The parental function bears the responsibility of imposing limits, guiding towards the logic of hierarchy, rather than egalitarianism, where the parent and the child have the same rights and duties. However, today we deal with a society that disbelieves in the potency of this regulatory apparatus, and consequently, we can observe an excess of jouissance. What is gathered from this is that we have children who must cope with the lack of absence that castration imposes on everyone.

Key-words: Psychoanalysis; Paternal function; Unconscious; Symptom; Postmodernity.

O sintoma da criança: a criança como sintoma dos pais

Maria Gabriela Severiano Ribeiro & Tania Coelho dos Santos

Introdução

Antes de começar a elucidar o tema da criança, é preciso traçar o caminho percorrido. O trabalho com crianças surgiu da experiência em dois hospitais gerais privados do Rio de Janeiro. O que mais fascinou foi que o sintoma da criança, na grande maioria das vezes, é atravessado pelo discurso dos pais. Notamos a impossibilidade de separar a criança dos pais no processo analítico, uma vez que ela ainda não se diferenciou enquanto sujeito. Isso faz dela alguém ainda incapaz de fazer suas próprias escolhas e tomar decisões em relação a sua vida. Essa questão apareceu em todas as situações da prática, até que despertou meu interesse.

Pudemos observar que as manifestações do inconsciente surgem nos significantes empregados no discurso do indivíduo. Interessou-nos, particularmente, a emergência destes significantes do discurso inconsciente, não só no processo de adoecimento durante o acompanhamento psicológico no hospital, como também na prática clínica em consultório privado. Este artigo tem como intuito transmitir de forma objetiva os conhecimentos, previamente aprofundados, acerca da importância das funções paterna e materna na constituição da criança. Quando essas não operam a contento, observa-se uma desordem na regulação pulsional infantil. Através das abordagens freudiana e lacaniana, buscamos transmitir nossa experiência acerca de como a organização psíquica (ou a sua falta) dos pais tem repercussão no processo de constituição subjetiva dos filhos. Os seguintes conceitos emergiram no decorrer da análise: a função paterna, a subjetividade do processo identificatório e os efeitos do discurso pós-moderno na família.

Um outro ponto que apareceu em muitas situações do consultório foi a impossibilidade da mãe de se separar da criança. Na prática o que observamos são mães que dormem na cama com suas filhas, crianças com milhares de brinquedos dos quais não conseguem abrir mão e outras, com uma grande dificuldade de perder nos jogos. A omissão dos pais e a distância do casal acabam repercutindo nessas crianças. Vemos mães que não conseguem se separar dos filhos e pais que não exercem sua função de interditar essa relação primitiva.

Em todas as situações identificamos uma fragilidade da função paterna e da interdição do incesto. Sendo assim, os sintomas da criança aparecem associados à não separação de sua mãe, que acaba por alimentar o comportamento dela. O objetivo é apontar as repercussões do discurso dos pais na criança, sem esquecer da importância do caso a caso.

Há algo que é da própria criança, que tem a ver com sua singularidade, não podemos deixar isso de lado. Convém não desconsiderar que a resposta da criança, em todos os casos, vai além das determinações que procedem do desejo do Outro. A psicanálise lacaniana parte do princípio que o sujeito nasce desamparado, imerso no caos traumático da língua, e se constitui a partir do desejo do Outro que lhe transmite as coordenadas da ordem simbólica. Sua responsabilidade como sujeito o levará

a arcar com as consequências de suas escolhas. A criança não está ainda aparelhada psiquicamente para bancar tais consequências. Ao cabo do processo de sexuação, um sujeito responsável pelo seu modo de gozo poderá advir ou não.

A função paterna

Na experiência analítica, é indiscutível que o mesmo pai e a mesma mãe sejam apresentados pelos diferentes filhos de forma contraditória e paradoxal, e que a influência que eles exercem sobre cada filho é completamente única – que não se restringe à genética, mas diz respeito a como cada criança apresenta características particulares. Desde recém-nascidos, já se colocam no mundo com comportamentos e reações singulares, de modo que cada um desses indivíduos vai fazer seu próprio trajeto rumo a uma subjetivação.

A transmissão do discurso inconsciente dos pais permite a entrada da criança no campo da fala e da linguagem. As palavras que fundam a ordem simbólica para cada um advêm do Outro parental com suas crenças, desejos e moral. A família tem um papel crucial em transmitir à criança a moral civilizatória, a ética, a cultura e a sublimação, que transformam o excesso pulsional em realizações, encenações do desejo inconsciente.

Quando a desordem familiar prevalece, observamos efeitos desastrosos no desenvolvimento da criança. É possível identificar uma deslocalização do gozo em consequência de uma precariedade simbólica; o sujeito, mergulhado no palácio imaginário de espelhos; aposta na própria fantasia. Na infância, o universo simbólico é encarnado pela via da transmissão da função parental. Em sua constituição, a criança é marcada pelo nome do operador da castração, o Nome do Pai. O conceito de Nome do Pai substitui o conceito de pai edipiano. Refere-se à função simbólica do significante que intervém na separação da relação imaginária dual entre a criança e sua mãe, deslocando-a da fantasia de ser o falo materno (Coelho dos Santos, 2005).

Somente pela metáfora do objeto perdido e pelo exercício da autoridade, o real é inscrito como impossível no psiquismo, contribuindo para o desenvolvimento da capacidade de renúncia e sublimação daquela criança. Checchinato (2007), em seu livro *Psicanálise de pais*, aborda o conceito de sublimação a partir do tema da pulsão, duas noções básicas da teoria freudiana. Como definida por Freud (1915/1996c), a pulsão é uma força constante que tem a satisfação como seu objetivo. Se esta força incessante em busca pelo gozo não for domada ou direcionada para um destino possível, pode acabar sendo um dos maiores obstáculos para o ser humano.

Essa força está à disposição do ser humano para o desenvolvimento de sua subjetividade e, em sua essência, ela é fonte de sublimação. Porém, não há sublimação nas situações em que o sujeito se entrega plenamente à pulsão, na busca pelo gozo imediato. Essa força pulsional precisa ser interdita e reorientada pelo real enquanto impossível. Todo ser humano é convocado a fazer escolhas e a tomar decisões, mas, para que possa viver no laço social, a sua pulsão precisa ser domada.

Em sua constituição como sujeito, na dialética entre a mãe, a criança e o phallus é ou deveria

ser confrontado às três modalidades de falta do objeto: a privação, a frustração e a castração (Lacan, 1965-1967/1995). Estes três tempos da constituição subjetiva referem-se à prevalência de cada um dos três registros ou dimensões diferentes: real, imaginário e simbólico. A privação é uma falta real, um furo, seu objeto é simbólico. A frustração diz respeito a um dano imaginário, ela é do domínio da reivindicação, diz respeito a alguma coisa que é desejada mas que não é passível, de modo algum, de ser satisfeita. Por isso seu objeto é real. Já a castração, é uma dívida simbólica, seu objeto é imaginário. Freud a introduziu coordenando-a à noção de lei primordial ou à interdição do incesto na estrutura do Complexo do Édipo. Quando a função do Nome do Pai é inscrita no simbólico, o recalque reduz os excessos pulsionais a céu aberto exigindo da criança um esforço de subjetivação. Esses três momentos constitutivos são necessários para que a criança consiga introjetar e assimilar as exigências de renúncia impostas pela lei simbólica na ordem civilizatória, assim como as oportunidades que a permissão aberta pela lei do desejo lhe oferece.

A função parental consiste na transmissão da castração. Esta repercute no aparelho psíquico por meio da imposição de limites, o que implica uma lógica da diferença sexual e da dissimetria entre as gerações. O discurso do igualitarismo radical entre pais e filhos não reconhece que eles não podem ter os mesmos direitos e deveres. Sobre a noção de interdito para educar as crianças, Checchinato (2007) aponta o seguinte:

Existe apenas um fato que garante a normalização da criança: a castração. Ora, a castração é função paterna, função do Nome-do-Pai. A Lei vem do pai e, depende da mãe que ela vigore. Quando os pais não abrem mão de sua autoridade parental, isto é, quando exercem seus atos educativos com firmeza, a criança cresce com segurança (p. 106).

É notório que o lugar do pai no enredo entre a criança/mãe é indispensável para que a separação aconteça. Ao longo de sua obra, Freud foi marcando o lugar da função paterna como estruturante da subjetividade da criança. No seu texto *Psicologia das massas e análise do eu*, de 1921/2011a, ele discorre sobre o lugar do líder no grupo e o associa ao lugar ocupado pela função paterna na família de cada um.

A constituição de cada um se refere a uma autoridade, a um ideal do Eu que é compartilhado com outros. Não há laço social onde não exista essa pluralidade de referências. O laço social precisa se estabelecer sobre um ponto em que todos estejam de acordo quanto ao investimento libidinal. Esse ponto, para Freud (1921/2011a), é, desde o início, a figura paterna. Todo país, toda nação precisa de um pai comum. Esse pai é um líder? Uma autoridade simbólica? Quem é essa figura?

Não se trata necessariamente de uma figura encarnada ainda viva, mas de um conjunto de valores, de lembranças e crenças em comum que se transmitem e consolidam o laço social. Isso exige também um consentimento em valorizar, acreditar e reconhecer por parte de cada sujeito, havendo uma sujeição no âmbito da crença (Coelho dos Santos, 2021).

Uma vez que nascemos desamparados, precisamos inventar a figura de Deus, uma instância paterna que nos proteja, acreditar em algo a mais. Para que o laço social seja possível, precisamos ser atravessados por um Outro potente que permita organizar cada subjetividade. Na contemporaneidade, os discursos que desconstroem o Nome do Pai como referência simbólica, rejeitam o desamparo, rejeitam que a constituição do sujeito dependa do grande Outro.

A constituição subjetiva da criança se inicia em seu primeiro grupo, o grupo familiar. As particularidades do sujeito ganham força diante do amor que recebemos do casal parental, de como a figura paterna encarnou sua função e como incluiu a mãe como parceira e fonte de seu desejo. Isso abre caminho para um fato fundamental, para a criança chegar ao universal. Ela precisará passar por essas primeiras conexões. A função paterna não é um modelo genérico de normas sociais. Trata-se de uma transmissão mediada pela particularidade das relações. Cada figura parental demonstra afinidade específica com certa visão e discursividade, o que vai repercutir na criança. Como ela sintomatiza isso? É preciso localizar a mentalidade, a perspectiva, as ideologias e as crenças encarnadas em cada família.

Sendo assim, podemos dizer que a estruturação psíquica depende do laço com o grande Outro, depende de como o sujeito vai se servir da transmissão. É a partir desse ponto que compreendemos as crenças e as referências que norteiam a visão de mundo daquele sujeito (Coelho dos Santos, 2021). Em *Psicologia das massas e análise do eu*, Freud (1921/2011a) frisa a importância do líder nos grupos. Ele revela que os grupos consistentes, como a igreja e o exército, organizam-se perante um grande Outro. Freud (1921/2011a) se refere à igreja e ao exército como máquinas simbólicas destinadas a limitar a ferocidade da pulsão. São instituições que operam a partir da lógica da função paterna, situando cada homem na relação à castração. Na medida em que se baseiam na crença de que "existe apenas Um que escapa à castração" (Deus, o Pai, o grande líder) submetem automaticamente a todos à castração. Essa é a medida da liberdade possível. Cada indivíduo tem sua ligação libidinal com o líder, seja Cristo, na religião católica; seja o general, no caso do exército. Sem as ligações libidinais entre os indivíduos atravessadas pela castração, abre-se espaço para o pânico (um medo coletivo) e a angústia entra em cena.

Nas crenças religiosas, é em nome desse amor que o sujeito se contém por não ter acesso a tudo, cedendo essa ambição em nome de algo maior e encontrando positividade na renúncia. Ele se torna mais capaz de adiar a sua satisfação pulsional, consente em perder para ganhar. Freud aprofunda nesse aspecto, pois todas as exigências derivam desse amor por Cristo.

A partir da igreja e do exército, Freud (1921/2011a) rastreia o que nos leva ao sentimento de comprometimento, de ser compelido a, e como esses lugares estão no laço social. Existe uma referência ao grande Outro que é capaz de levar os sujeitos a um sentimento de finalidade, que façam com que ele suporte as renúncias. Quando isso não opera, é devastador, pura angústia. Essa angústia tem relação com a fragilidade do Outro, daquele a quem se apela.

Sendo assim, observamos Freud (1921/2011a) às voltas com os modos pelos quais a função paterna é procurada no laço social, como um apelo ao grande Outro e como uma forma de manter um

sentido coletivo. Na falta disso, na falta de uma função paterna como lugar do sujeito suposto saber, o sujeito não realiza o trabalho de auto regular-se. Ele não toma o outro como bússola para identificar-se. Pode até tomar o outro como ameaçador, como não confiável. Sem a função paterna como o sintoma coletivo, denominador comum, o laço social instável pode ficar ameaçado permanentemente pela desagregação e pela violência (Coelho dos Santos, 2001).

A função desse Outro, portanto, é a de fazer uma mediação entre a lei caprichosa materna e o espaço público, introduzindo a criança ao princípio de realidade. A função paterna deve ser aquela que auxilia o reinvestimento da criança, deslocando-a da posição de puro objeto materno que supostamente preenche, rumo a um novo interesse, rumo à sociedade, ao universal (Coelho dos Santos, 2021). O pai é responsável por operar esse giro. Ao encarnar esse modelo, como reordenador libidinal, transmite ao seu filho, como homem vivo, a sua relação particular com a castração.

As noções de identificação e ideal do Eu

Como demonstrado anteriormente, a função paterna tem um papel fundamental e indispensável na constituição da criança. Será pela via da fala e da linguagem que seus valores, crenças e verdades serão transmitidos a ela. A transmissão dessa função estruturante e constitutiva, é a identificação primordial, como nos ensina Freud (1921/2011a) em *Psicologia das massas e análise do eu*. Para a psicanálise de Freud a Lacan, a identificação contribui não só para a formação da instância do ideal do Eu ou Supereu, como também tem extrema importância no complexo de Édipo. O conceito de ideal do Eu foi sendo desenvolvido por Freud ao longo da sua obra. Veremos como sua aparição foi sendo continuamente modificada ao longo dos anos.

O caráter do Supereu é modificado na medida em que a criança atravessa de modo bem sucedido o Complexo de Édipo. Vai ser justamente na passagem pelo complexo de castração, isto é no encontro com a diferença sexual que vai consolidar-se um limite à satisfação pulsional: a lei simbólica, a interdição do incesto. Essa instância moral será constituída pela interiorização das exigências e das interdições parentais, tendo como função a censura e a consciência moral.

É possível observar que Freud nunca se deteve na distinção entre ideal do Eu e Supereu. A primeira aparição do conceito de ideal do Eu está no artigo *Sobre o narcisismo: uma introdução*, de 1914/1996b. Freud supõe que, em nosso Eu, se constitui outra instância, que acaba por se separar do Eu e entrar em tensão com ele. Essa instância é denominada de ideal do Eu. Nessa obra, Freud abordará não só o narcisismo infantil, como também o ideal do Eu, o processo de identificação e a escolha narcísica do objeto.

Desde o nascimento, a construção do imaginário, graças ao investimento do desejo dos pais, vai sendo produzida pelo bebê. Atribuem a ele um lugar de perfeição, como se o narcisismo dos pais, antes rechaçado pela realidade, tivesse renascido. Por essa razão, na fase narcísica, tão significativa na constituição da criança, o seu Eu é percebido como seu próprio ideal e a ele é atribuída uma perfeição imaginária. Quando, segundo Freud (1914/1996b), a criança se vê perturbada "pelas admoestações de

terceiros e pelo despertar de seu próprio julgamento crítico” (p. 99), que não permitem que ela retenha sua perfeição e causam uma ferida narcísica, ela procura recuperar a perfeição perdida sob a nova forma do ideal do Eu.

Para maiores esclarecimentos acerca do renascimento do narcisismo da função parental, citamos Freud (1914/1996b, p. 97): “Se prestarmos atenção à atitude de pais afetuosos para com os filhos, temos de reconhecer que ela é uma revivescência e reprodução de seu próprio narcisismo, que de há muito abandonaram”. Na verdade, sempre existirá no sujeito esta vontade de retornar ao lugar de satisfação narcísica, o qual vivenciava até sua submissão à lógica paterna. Mais adiante, em *Sobre o narcisismo*, Freud exemplifica como o sujeito narcisista comporta-se frente à vida, ao viver como exceção:

A doença, a morte, a renúncia ao prazer, restrições à sua vontade própria não a atingirão; as leis da natureza e da sociedade serão ab-rogadas em seu favor; ela será mais uma vez realmente o centro e o âmago da criação – Sua Majestade o Bebê (Freud, 1914/1996b, p. 98).

O amor intenso e infantilizado dos pais deflagra a noção de imortalidade do seu Eu, orientado por uma eterna busca pelo retorno à posição de perfeição, de ideal e de satisfação narcísica. Uma vez que suas expectativas foram frustradas e os sonhos não foram realizados, eles depositam na criança tudo aquilo em que não obtiveram sucesso, na tentativa de realizá-los. Assim, projetam na criança o ideal que foi perdido com o surgimento de uma nova ação psíquica, o narcisismo.

No que diz respeito a essa projeção dos pais, Freud (1914/1996b) nos alerta: “O que ele projeta de si como sendo seu ideal é o substituto do narcisismo perdido de sua infância na qual ele era o seu próprio ideal” (p. 101). Na verdade, sempre existirá no sujeito esta vontade de retornar ao lugar de satisfação narcísica, que vivenciava até sua submissão à lógica paterna durante o Édipo.

Sete anos depois, em 1921/2011a, em *Psicologia das massas e análise do eu*, Freud irá caracterizar o ideal do Eu como sendo herdeiro do narcisismo primordial, momento no qual o Eu da criança bastava a si mesmo, em que ela dominava o lugar de “Sua Majestade, o Bebê”, de perfeição. Ainda nessa mesma obra, também podemos observar que, nos grupos em que existe um líder, este assume a posição de ideal. Já desde o pai de *Totem e tabu* (1913[1912-1913]/1996a) podemos perceber esse tipo de característica, um líder forte que governa.

Segundo Freud (1921/2011a), a horda primeva deixou resquícios indiscutíveis na espécie humana e, em especial, o totemismo, o qual acarretou o surgimento da religião, da organização social e da moralidade. Não podemos deixar de associar tudo isso ao assassinato do pai e à transformação de uma horda paterna em uma comunidade de irmãos.

Freud explora o papel do pai na formação do ideal do Eu da criança. Por um período, sem uma corrente afetiva influenciar uma à outra, o menino consegue tomar o seu pai como ideal e, ao mesmo tempo, tem sua mãe como objeto de amor. O pai é alguém desejado pela mãe e, por isso, neste

momento, o menino o toma como ideal, instaurando sua identificação. Com a unificação do psiquismo infantil, essas duas ligações acabam se encontrando e levando ao complexo de Édipo.

O menino passa a ter ódio do pai, na medida em que este interfere na relação dual com sua mãe e a identificação passa a ser uma matriz de hostilidade, alimentando o desejo de substituí-lo. O sentimento de ambivalência, desde o princípio, tem duas facetas, seja de ternura ou de ódio. Freud o descreve: "Comporta-se como um derivado da primeira fase, a fase oral da organização da libido, na qual o indivíduo incorporou, comendo, o objeto desejado e estimado, e assim o aniquilou enquanto objeto" (Freud, 1921/2011a, p. 61).

Na medida em que descreve a importância da identificação no complexo de Édipo, Freud chama a atenção para a relação do pai com seu filho e diz: "Ele gostaria de se tornar e de ser como o pai, de tomar seu lugar em todos os aspectos. Podemos dizer tranquilamente que ele toma seu pai como ideal" (1921/2011a, p. 65). Ou seja, uma situação edípica considerada normal, na medida em que o menino se identifica com seu pai, mas carrega o sentimento de hostilidade em relação a ele também, considerando-o seu rival. O menino deseja tomar o seu lugar e ser mais uma vez o objeto de amor de sua mãe.

O complexo de Édipo pode sofrer uma inversão. Neste caso, o menino irá se identificar com a mãe, o objeto de desejo do seu pai, e assim assumirá uma posição mais feminina. Freud descreve a diferença da identificação com o pai no Édipo normal e a identificação invertida, na qual o pai é colocado na posição de objeto: "No primeiro caso, o pai é o que se gostaria de ser, no segundo o que se gostaria de ter" (1921/2011a, p. 62). O Eu, no processo identificatório, se esforça para ser semelhante àquele que tomou como seu modelo.

No que diz respeito ao sentimento ambivalente, tão presente na relação pai/criança, Freud vai associá-lo à fantasia parricida, que tem o pai como aquele que ocupa a posição de lei. Esse pai é fundador da organização psíquica da criança, uma vez que ele inscreve a proibição do incesto e as leis da cultura. Em *Totem e tabu*, Freud (1913[1912-1913]/1996a) situa o pai como organizador civilizatório decorrente da fantasia do parricídio. Por mais que o pai esteja morto, pela culpa de querer matá-lo, ele permanece simbolizado na fantasia de cada filho. O mito do assassinato do pai da horda o tornou mais poderoso enquanto morto do que quando vivo.

Podemos dizer que, com o mito da horda primitiva, os sentimentos de ambivalência frente ao pai se tornaram a identificação ao ideal do Eu da criança. Uma vez que os traços paternos são introjetados na criança, ela passa a se identificar com ele. A criança entende que não pode ser como o pai e, muito menos, estar no lugar dele, então ela acaba se sujeitando aos traços da função paterna.

Há um momento em *Psicologia das massas e análise do eu* que Freud retorna ao seu texto de 1913, *Totem e tabu*, para considerar que as relações dos indivíduos com o líder e com o grupo são revivescências das relações entre os filhos e o pai da horda primitiva. O pai primevo era livre, seu Eu tinha poucos laços libidinais, sendo narcisista, na medida em que só amava a si mesmo ou amava a outros quando lhe convinha.

Citamos Freud (1921/2011a):

Assim como o homem primevo se acha virtualmente conservado em cada indivíduo, assim também pode ser restabelecida a horda primeva a partir de um ajuntamento humano qualquer; na medida em que os homens são habitualmente governados pela formação de massa, reconhecemos nesta a continuação da horda primeva. (p. 85)

Freud também irá examinar o que há de comum entre a psicologia das massas e o mito do pai da horda. Vai ser assim que ele irá comparar não só o líder do grupo com o pai originário, como também a submissão dos indivíduos do grupo à regressão a um estado mais primitivo. Nessa organização da horda primitiva, o pai dominava seus filhos, impedindo a realização de seus impulsos sexuais, exigindo-lhes abstinência, e a união dos filhos vem justamente a partir dessas tendências rechaçadas, exatamente como nas massas.

Podemos dizer que, com o mito da horda primitiva, os sentimentos de ambivalência frente ao pai se tornaram a identificação ao ideal do Eu da criança. Uma vez que os traços paternos são introjetados na criança, ela passa a se identificar com ele. A criança entende que não pode ser como o pai e, muito menos, estar no lugar dele, então ela acaba se sujeitando aos traços da função paterna.

Os efeitos dessas primeiras identificações são duradouros. Isso nos conduz a traçar as características encontradas no Supereu, o qual, neste texto, *O eu e o id*, Freud (1923/2011b) não distingue do ideal do Eu. Ele caracteriza o Supereu como sendo uma instância crítica que ameaça o Eu com sua severidade. Essa instância é constituída pela interiorização das exigências e das interdições parentais, cujas funções são a autoconservação, a consciência moral e a censura.

O resultado do complexo de Édipo é a identificação com o pai e com a mãe. Freud supõe que o resultado mais comum do conflito edípico é o precipitado do Eu, que consiste dessas duas identificações que, de alguma maneira, vão se ajustando uma a outra no aparelho psíquico da criança: "Essa alteração do Eu conserva a sua posição especial, surgindo ante o conteúdo restante do Eu como ideal do Eu ou Supereu" (Freud, 1923/2011b, p. 42). Em sua relação com o Eu, o ideal do Eu ou Supereu apresenta uma "dupla face": de um lado, o encoraja, dizendo que o sujeito deve ser assim como seu pai; mas, de outro, impõe-lhe uma proibição, que lhe assegura que algumas coisas são reservadas somente ao pai, que ele não tem o direito de ser como ele (Freud, 1923/2011b).

Quanto mais forte for o Édipo e mais depressa ocorrer sua dissolução sob a influência de autoridades, religião, escola etc., com mais severidade o Super-eu atuará sobre o Eu. Podemos perceber tal severidade sob a forma de uma consciência moral e, talvez, como o sentimento de culpa inconsciente (Freud, 1923/2011b). O Supereu acaba sendo o representante da relação das crianças com seus pais. Freud mostra: "Quando pequenos nós conhecemos, admiramos, tememos estes seres elevados; depois os acolhemos dentro de nós" (p. 45).

O Supereu da criança, que antes era primitivo, pulsional, com exigências absurdas, após o Édipo se torna mais humanizado, ligado à interdição, à proibição e às identificações interiorizadas a partir da transmissão do discurso dos pais. O Super-eu ou ideal do Eu da criança não é formado apenas da identificação com os pais, mas também das identificações com as proibições parentais, que impediram a realização dos desejos incestuosos. Embora a renúncia aos desejos edipianos amorosos e hostis estejam no princípio da formação do Supereu, este é enriquecido pelas contribuições ulteriores, como as das exigências sociais, culturais, da moralidade e da educação (Freud, 1923/2011b).

No Édipo, a criança é levada a renunciar aos desejos incestuosos ligados ao pai ou à mãe. Como compensação por essa perda, a identificação com esses pais é fortalecida, apesar de já existirem em seu Eu. Freud (1923/2011b) caracteriza tais identificações como precipitados de investimentos objetivos perdidos, que vão se repetir ao longo da vida da criança, mas que estão associados a esse primeiro exemplo.

Quando retomamos essa marca do ideal do Eu ou do Supereu através da identificação com o pai e a mãe, isso ameniza a ferocidade de marca primitiva, tendo o poder de humanizar. Do ponto de vista da clínica, esse aspecto é o mais importante. A família humaniza as inscrições primitivas, às quais todos nós estamos submetidos, já que somos marcados pela linguagem.

O que funciona como bússola e como filtro, segundo Freud (1923/2011b), é a identificação primitiva. O ideal do Eu, por trás dele, oculta-se a primeira e mais importante identificação, a com o pai e com sua história. O pai, neste momento, não é necessariamente alguém que se distingue da mãe. Talvez seja a instância parental, a principal identificação de um indivíduo. É isso que constitui o traço identificatório que assegura posteriormente alguma unidade a esse conjunto diverso de identificações.

Se o ideal do Eu nasce de uma identificação direta e imediata, todos nós portamos uma marca de uma identificação primitiva, um traço. Ao nascer, somos primitivamente nomeados, como menino ou menina e recebemos um nome que nos insere na diferença sexual como um futuro homem ou mulher. Isso vem de um outro, de modo que a identificação primitiva é essa atribuição por parte do outro, a partir de uma nomeação, que nos insere em uma linhagem. Isso antecipa alguma coisa, o bebê está destinado a ser inserido em uma cadeia geracional. Sendo assim, quando damos um nome, inserimos a criança na linhagem humana.

A instância parental é justamente essa que nomeia, é o primeiro outro que acolhe o sujeito no campo da fala e da linguagem como alguém que não é ainda, mas está destinado a se advir como sujeito. Para isso, a criança precisará desenvolver a fala, tomar um lugar no campo da enunciação e para que depois, possa aprender a se responsabilizar pelo que faz.

A identificação primitiva parece estar destinada a, mais tarde, depois das experiências edípicas, encontrar um reforço na identificação secundária. Esta é uma identificação ao pai, ela é pós-edípica. Esta permitirá, a partir da apropriação do ideal do Eu, após o Édipo e a castração, distinguir o objeto de amor do objeto de identificação. Assim, a criança conseguirá alcançar uma identificação com o pai

que lhe sirva para moderar as relações amorosas com a mãe, pois é ele o representante do mundo lá fora, da esfera pública, um para além do âmbito familiar (Oliveira, 2021).

Não podemos esquecer que o lugar dos pais no interior do aparelho psíquico também é alterado conforme a criança vai se desenvolvendo. No primeiro momento, eles ocupavam esse lugar de perfeição, mas depois, o vão perdendo. Então, quando ocorrem as identificações, elas contribuem para a formação do caráter, afetam o Eu, mas não o Supereu, esta instância foi determinada pelas primeiras identificações parentais (Freud, 1932/2010).

É possível notar que Freud descreve o Supereu no sentido de uma relação estrutural, não apenas abstrata. Nesse texto, ele define o Supereu da seguinte maneira:

Ele é também o portador do ideal do Eu, pelo qual o Eu se mede, o qual busca igualar, e cuja demanda por uma perfeição cada vez maior ele se empenha em satisfazer. Sem dúvida, esse ideal do Eu é o precipitado da velha ideia que a criança tinha dos pais, a expressão da admiração de quem os considerava perfeitos. (Freud, 1932/2010, p. 203)

Podemos, então, localizar as identificações primitivas como sendo resultantes da ordem simbólica. Há uma rede de identificações primitivas e, ao nascer, a criança já ocupa um determinado lugar. Se o sujeito vai retomar estas ou não, e de que maneira, os marcos de sua constituição (a frustração com a mãe, a castração, o complexo edípico) vão ser determinantes para avaliar aonde tudo isso vai levar.

As identificações pós-edípicas defendem o sujeito de se manter em uma relação desgovernada com o impossível, na medida em que oferecem uma barreira para a pulsão, se tratando de um Supereu edípico. Essa identificação é a inscrição da perda do objeto, a lembrança do objeto perdido através de um traço (Freud, 1921/2011a). As propriedades do objeto são assumidas no Eu, porém, reduzidas a um traço.

Essa marca está relacionada ao campo do ideal do Eu. O traço é extraído do campo do Outro, que exerce uma certa mestria para o sujeito. Esse traço já envolve uma transmissão, não envolve mais um Outro superpoderoso do tempo infantil. Ao mesmo tempo que anula, se cria no campo do ideal do Eu um novo destino para a pulsão.

As identificações com os pais vão dando lugar à produção de escolhas, algumas vão prevalecendo sobre as outras. De tal modo que cada criança vai estruturar suas identificações e vai sendo guiada por uma rede de determinações simbólicas. Pai e mãe organizam as relações da criança com a sociedade a partir do simbólico, o qual ultrapassa qualquer orientação social.

Ficou claro que a identificação com as figuras de autoridade, pai e mãe, é o caminho para que o sujeito possa sair do campo do narcisismo. A criança depende do processo identificatório para sua constituição como sujeito. Vai ser a partir da identificação com o pai castrado, um pai que é somente

um modelo da função e da interdição do incesto, que a criança poderá renunciar os seus desejos incestuosos sujeitando-se à lei civilizatória, momento pelo qual o Super-eu edipiano é formado.

Efeitos do capitalismo no discurso pós-moderno

Com o advento da ciência na modernidade, houve um afrouxamento do modelo de constituição familiar baseado na identificação com a função do Nome do Pai. O discurso desconstrutivista pós-moderno aprofunda o esvaziamento desta função graças ao advento do discurso do capitalismo. Sendo assim, vai ser preciso pensar as implicações deste discurso no processo identificatório e na subjetividade da criança. O advento do sujeito, o lugar da criança como objeto da mãe na família e a fugacidade das relações amorosas na contemporaneidade modificam o conceito e o sentimento de família.

O discurso do capitalismo na contemporaneidade exclui o pai do seu lugar de autoridade, de chefe da família e daquele que promove o real do gozo como impossível. Em lugar dos quatro lugares em jogo no discurso da modernidade que guardava o real como impossível, temos um novo discurso que comanda que tudo é possível. A família pós-moderna tende a abolir a heterogeneidade dos lugares de pai, mãe, criança e a promover a homogeneidade de todos diante do gozo ou, melhor dizendo, do consumo.

No momento em que as obrigações feudais chegaram ao fim, a ideia de uma consciência individual se instalou no âmbito social, trazendo à tona um laço social individualista. A estrutura feudal contava com um poder divino, com um Rei que comandava seu povo. A queda dessa figura de autoridade, de acordo com Coelho dos Santos (2001, p. 189) apresenta-se como se segue: "O movimento revolucionário cortou a cabeça do Rei, desmontando a sólida espinha dorsal da função paterna, do pai vivo no mundo. Esse mesmo passo relegou a função do significante pai a um lugar mais limitado, o do pai de família".

Ainda segundo a autora, "A efetividade do progresso da ciência é a civilização. A relação de estrutura entre o progresso da ciência e sua efetividade é o capitalismo" (Coelho dos Santos, 2001, p. 191). Sendo assim, partiremos da relação do capitalismo com os discursos desconstrutivistas pós-modernos. Na obra *O capital*, Karl Marx (1983) analisa o advento do capitalismo de produção; ressalta que a força de trabalho entrou no mercado, tornando-se uma mercadoria que se compra e se vende. Existe algo de pulsional em jogo, a extração do lucro depende da diferença entre o que se paga ao trabalhador e o valor que a mercadoria alcança. Essa diferença é a mais-valia. A mais valia é, do ponto de vista pulsional, um objeto mais de gozar. Esse gozo a mais que o capitalista extrai do trabalho do assalariado tem efeitos, de segregação, desigualdade entre os homens, concentração de riqueza, desamparo e laços sociais individualistas. De acordo com Coelho dos Santos (2001),

Marx desvendou o segredo das relações de produção capitalistas: o lucro, a mais-valia. Eles revelam a não-autonomia do sujeito de direito, sua dependência do significante e, são um dos modos de retorno daquilo que, de direito não deve existir e, por isso mesmo, insiste (p. 196).

A relação do sujeito com o gozo se altera diante dessa promessa capitalista de um gozo a mais, de um lucro a se extrair no processo de produção. A mercadoria que se consome proporciona um mais-de-gozar, uma suplência à castração. Podemos ver o efeito dessa ilusão de foracluir a castração nas crianças de hoje, que têm maior dificuldade em lidar com a frustração e renunciar o gozo em prol da entrada no campo da linguagem. A espera e a renúncia se tornaram cada vez mais insuportáveis. Não só o sujeito quer tudo, como quer na mesma hora em que demanda. Observamos um aumento do imediatismo na atualidade. Há uma desordem no real. A aliança do discurso da ciência com o discurso do capitalismo impulsiona a caça ao mais-de-gozar. Tudo é possível. O futuro é hoje. O gozo é sempre para já.

Segundo Lasch (1983), houve uma deterioração do cuidado parental dispensados às crianças, o que promove consequências irreduzíveis quando o sistema industrial ganha sua força. Ao invés de buscarem orientar as crianças mantendo seus próprios posicionamentos e crenças, o que se verifica são pais que se comportam como eternos adolescentes, na esperança de se manterem, eles mesmos, com uma aparência juvenil.

O processo identificatório tornou-se ainda mais difícil com essas repercussões advindas do desenvolvimento da indústria moderna. A indústria capitalista invadiu as famílias, trouxe os meios de comunicação tecnológicos e os agentes externos educacionais, alterando, assim, a qualidade da relação entre pais e filhos.

Além do evidente narcisismo parental, a noção de uma paternidade ideal foi trazida à tona, destruindo aos poucos a confiança dos pais nas funções mais elementares na criação dos filhos. O apelo aos profissionais externos vai ganhando força, na medida em que o bom senso comum e os próprios valores foram caindo por terra (Lasch, 1983).

Ainda segundo Lasch (1983), a indústria moderna propiciou padrões familiares, reforçados por condições fora do âmbito familiar. Sua expressão mais óbvia é o aumento de sujeitos com estruturas psíquicas frágeis, que não suportam a frustração ou aqueles que desmentem a função paterna. É preciso lembrar que a avaliação de cada situação é sempre fundamental, pois não podemos generalizar, não são todas as famílias que são desorganizadas e caóticas.

Observamos uma democratização no interior do funcionamento das famílias contemporâneas. Hoje, elas são mais regidas pelo princípio de igualdade, com menor hierarquia entre pais e crianças, e fazem de conta que todos os membros têm a mesma condição psíquica na hora de fazer suas escolhas. Percebemos também uma maior flexibilidade nos acordos propostos pelos familiares, ensejando um processo educativo baseado em negociações. Arrefeceu-se a consciência da hierarquia entre as gerações com repercussões sobre a transmissão de seus ideais.

Sendo assim, assistimos o crescimento de famílias que não se sujeitam à diferença sexual e nem à diferença geracional. Essa família, descrita como igualitária, que atravessa os tempos da modernidade, parece não ter como norte o poder da função paterna, na medida em que é regida pelas

noções de igualdade e liberdade. Em muitos casos, os pais não têm mais o lugar da verdade. Em seu próprio caos, os pais parecem não oferecer mais alicerces para que a criança se organize. O pai, como chefe de família e aquele que mantém as regras vigentes, é percebido como autoritário. Porém, o reconhecimento da separação da infância e da idade adulta é extremamente necessário para a organização psíquica da criança, os papéis em cada época da vida são completamente diferentes uns dos outros.

Nessa sociedade individualista, constituída por um afrouxamento das figuras de autoridade, observamos também um paradigma entre o ideal de liberdade e de igualdade. Tal contradição foi inaugurada pelo advento da pós-modernidade no final dos anos 1980 no Brasil. Nesse período histórico, a família hierárquica, que até então prevaleceu, foi sendo atravessada pelos novos ideais de família igualitária (Figueira, 1987). A família tradicional obedecia à lógica da hierarquia e depositava o saber nos pais. Entretanto, a ideologia do igualitarismo trouxe o declínio da autoridade e a verticalização das relações. Para exemplificar, destacamos Figueira (1987): "Os laços de subordinação estão frouxos em toda parte e, no âmbito da família, o pai se crê obrigado a agradar os filhos" (p. 270). Como fruto do ideal de igualdade, colhemos o declínio da família como aquela que transmite e inscreve. Ao mesmo tempo, assistimos também a origem de uma família que dispensa a diferença sexual e geracional.

Coelho dos Santos (2001) aponta para a proliferação de sistemas de referência como consequência da expansão do discurso científico: "Hoje, dado que a família se tornou um laço social mais frouxo, é mais difícil saber a partir de que laços sociais um indivíduo constrói significações para manter estável sua realidade" (p. 267). Ainda no mesmo livro, *Quem precisa de análise hoje?*, ao discutir os paradoxos da modernidade, a autora pontua:

O advento do Estado Moderno reduz esse universo social dominado pela crença no poder de Deus, do Rei, do Papa e do pai à esfera da família. Esta se torna o último refúgio da crença, isto é, da religião, do poder paterno, da hierarquia entre as gerações. A família é um resíduo da ordem antiga, num mundo leigo, esclarecido, iluminado pela razão, em que todos os homens nascem livres e iguais (Coelho dos Santos, 2001, p. 261).

Através das revoluções inglesa, francesa e americana e do avanço da ciência, a ideia de um laço social "livre e igual" foi ganhando corpo (Coelho dos Santos, 2001), alimentando uma noção individualista nos sujeitos. Assim, não só a monarquia perde seu poder, como também a Igreja é separada do Estado, abrindo espaço para o surgimento da modernidade. É preciso perceber o paradoxo da família moderna. A dessacralização da função do pai, encarnação universal da referência ao divino tornou-se apenas a de um funcionário na esfera privada da família. O que antes era um lugar com valor na esfera pública, foi reduzido a uma função que pode ser exercida por qualquer um no interior de cada família.

O homem, que antes era centro do discurso religioso, desde o advento da modernidade passou a ser definido como alguém que “nasce livre e igual” no discurso do Direito científico, uma produção do direito moderno. Entretanto, de acordo com Coelho dos Santos (2001), é um paradoxo afirmar que o homem moderno nasce livre e igual. O sujeito nasce desamparado. Ele é consequência do desejo de um Outro e a sua constituição depende da sua família. A criança é, portanto, fruto de um sujeito desejante, como um suplemento da relação do homem e da mulher. A família aparece como espécie de resíduo de um desejo que não é anônimo. Para que a desordem não se instale, os pais precisam ocupar as suas funções enquanto referências. O que colhemos de uma boa transmissão é a ancoragem do sujeito na linguagem e no laço social e o sentimento de amparo.

O que colhemos na clínica hoje é justamente o afrouxamento deste papel atribuído ao pai de orientar e educar. Se ele se demite de suas obrigações, quem paga o preço é a criança, que se vê encharcada por um gozo sem limites. Vai ser na passagem pelo Édipo, com a interdição do incesto, processo crucial na constituição psíquica da criança, que as noções derivadas do encontro com a castração serão transmitidas pelo pai. Ao barrar o excesso pulsional que se faz presente na infância, ele acaba por inserir a criança nas normas civilizatórias. Se o interdito do incesto for efetivo, ele marcará o lugar da criança nessa relação entre os pais, situando-a como um terceiro na relação entre eles (Checchinato, 2007).

O que se percebe é que os sujeitos contemporâneos, ao se negarem a exercer o dever de privar a criança na própria esfera da família, acabam por afrouxar o senso de responsabilidade que deveria existir em relação ao laço social. É notável a dificuldade dos sujeitos de se responsabilizar por seus deveres, exigindo constantemente seus direitos. Se, por um lado, não conseguem reconhecer o que é consequência de seus próprios atos, vivem como se a sociedade tivesse em dívida com eles (Decourt, 2008).

No desenvolvimento da criança, a identificação com as figuras parentais vem graças à vertente metafórica. É a partir do Nome do Pai que o sujeito encontra a lei no campo do discurso. Sem o socorro do mito do pai, como significante mestre, a lei não funciona. Trata-se de uma questão organizadora, que garante a ordem. A criança conta com a função paterna para entender o funcionamento do mundo. A criança castrada acaba adquirindo a capacidade de fazer renúncias em nome de suas escolhas e de se responsabilizar por suas decisões. O sujeito avalia, pesa e calcula, decide pelo seu gozo, decide por uma maneira de se submeter às normas civilizatórias (Decourt, 2008). A criança encarna o universo simbólico pela via da transmissão do discurso do pai. E quando observamos um afrouxamento na função essencial dos pais? Segundo Decourt (2008):

Estamos diante de um tempo em que os indivíduos pouco ou nada querem saber sobre as suas responsabilidades, sobre as consequências de suas atitudes e, principalmente, sobre o preço a pagar pelas suas opções. A conta chega, o sujeito não a reconhece como sua e passa-a adiante, ignorando ou reivindicando que alguém (em seu lugar) pague as suas dívidas (p. 86).

De um ponto de vista psicanalítico, a posição subjetiva do indivíduo tem relação com o consentimento à castração. Isso se associa com a maneira que o sujeito aprendeu a fazer renúncias nas suas tomadas de decisões, a fazer cálculos e avaliações na medida em que não se pode ter tudo. Os sujeitos avaliam segundo seu gozo, decidindo, assim, por uma maneira de viver em sociedade (Decourt, 2008). Em sua constituição, a criança é marcada pelo nome do operador da castração. Na falta disso, o que colhemos é uma desordem generalizada e um afrouxamento na constituição da família. A sociedade perdeu a noção de que o caminho para a socialização é pela autoridade, pela sujeição à ordem simbólica. A sujeição era para ser o ponto de partida, uma regra que orienta e conduz. Quando a liberdade precede a sujeição, nota-se uma rejeição à subordinação à função paterna. Quando esse tempo não é respeitado, há impasses para a criança em seu desenvolvimento. Coelho dos Santos (2008):

O que a maioria das pessoas não sabe é que é preciso – para aceitar as normas de comportamento civilizado e para aceitar ser tratado como igual a todo mundo – ter vivido a experiência de ser um sintoma para seus pais. É preciso ter feito a experiência de acrescentar alguma coisa que contribui para uni-los. A criança como sintoma de seus pais, e o sintoma da criança são o modo pelo qual se enlaçam as pulsões e as exigências da civilização (p. 24).

Com isso, os sintomas da criança acabam tornando-se simultaneamente a expressão, das indecisões, conflitos e ambiguidades parentais, como também de suas expectativas excessivas, idealizações e desejos. Esse gozo nuclear do sintoma, é efeito do inconsciente dos pais, pois toda criança é também o sintoma do mal-estar na sexualidade deles. Entretanto, o que o sujeito fará com isso é de sua responsabilidade. É preciso sublinhar a importância da noção da responsabilidade individual. Na falta disso, o que colhemos é o afrouxamento das relações, dos lugares e da hierarquia. O desejo requer a falta que o constitui. O resto de gozo em jogo no sintoma exige a passagem à responsabilidade.

Referências Bibliográficas

- Checchinato, D. (2007). *Psicanálise de pais: crianças, sintoma dos pais*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud.
- Coelho dos Santos, T. (2001). *Quem precisa de análise hoje? O discurso analítico: novos sintomas e novos laços sociais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Coelho dos Santos, T. (2005). A prática lacaniana na civilização sem bússola. In T. Coelho dos Santos (Org.). *Efeitos terapêuticos na psicanálise aplicada* (pp. 61-92). Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Coelho dos Santos, T. (2008). O moderno e o arcaico: sujeito e cidadania brasileira. In T. Coelho dos Santos (Org.). *A cabeça do brasileiro no divã* (pp. 15-34). Rio de Janeiro: Sephora – Núcleo de Pesquisa.
- Coelho dos Santos, T. (2021). Subjetividades modernas e pós-modernas. In *Seminário de tópicos de*

- psicanálise*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Decourt, M. (2008). Onde é que todo homem nasce livre e igual? In T. Coelho dos Santos (Org.). *A cabeça do brasileiro no divã* (pp. 85-96). Rio de Janeiro: Sephora – Núcleo de Pesquisa.
- Figueira, S. A. (1987). O “moderno” e o “arcaico” na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. In S. A. Figueira (Org.). *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira* (pp. 240-274). Rio de Janeiro: Zahar.
- Freud, S. (1996a). Totem e tabu. In J. Salomão (Trad.). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 13, pp. 11-163). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original escrito em 1912-1913 e publicado em 1913).
- Freud, S. (1996b). Sobre o narcisismo: uma introdução. In J. Salomão (Trad.). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 14, pp. 75-108). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914).
- Freud, S. (1996c). Os instintos e suas vicissitudes. In J. Salomão (Trad.). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 15, pp. 115-144). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1915).
- Freud, S. (2010). A dissecação da personalidade psíquica. In P. C. Souza (Trad.). *Obras completas* (Vol. 18, pp. 192-220). Rio de Janeiro: Cia. das Letras. (Trabalho original publicado em 1932).
- Freud, S. (2011a). Psicologia das massas e análise do eu. In *Obras completas* (P. C. Souza, Trad., Vol. 15, pp. 13-113). Rio de Janeiro: Cia. das Letras. (Trabalho original publicado em 1921).
- Freud, S. (2011b). O eu e o id. In *Obras completas* (P. C. Souza, Trad., Vol. 16, pp. 13-74). Rio de Janeiro: Cia. das Letras. (Trabalho original publicado em 1923).
- Lacan, J. (1994). *Le Séminaire Livre IV: La relation d’objet*. Paris: Éditions du Seuil. (Trabalho original publicado em 1956-1957).
- Lasch, C. (1983). *A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio*. Rio de Janeiro: Imago.
- Marx, K. (1983). *O capital: crítica da economia política* (Vol. 1). São Paulo: Abril Cultural.
- Oliveira, F. L.G. (2021). Psicologia de grupo e análise do eu. In *Seminário de tópicos de psicanálise*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Citação/Citation: Ribeiro, M. G. S., & Coelho dos Santos, T. (mai. 2023 a out. 2023). O sintoma da criança: a criança como sintoma dos pais. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, 18(36), 96-114. Disponível em www.isepol.com/asephallus. doi: 10.17852/1809-709x.2023v18n36p96-114.

Editor do artigo: Tania Coelho dos Santos

Recebido/ Received: 22/08/2023 / 08/22/2023.

Aceito/ Accepted: 30/09/2023 / 09/30/2023.

Copyright: © 2023. Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados/This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the author and source are credited.